



REVEIA

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
Rede Revi - Rede do Movimento de Mulheres para a Revisão

ANO III Nº 14

BRASÍLIA-DF

ABRIL/94

Revisão

Majoria sempre foi contra

A revisão constitucional entra em contagem regressiva. A data limite para encerramento dos trabalhos é 31 de maio. Instalado em outubro do ano passado, até o último dia 30 de abril o Congresso Revisor havia obtido quorum para votar apenas cinco propostas, depois de 210 dias de atividades. A morosidade dos trabalhos, entretanto, não surpreende.

Das 17.246 propostas encaminhadas à revisão pelos congressistas, e mais 12.614 emendas, 90% delas defendiam a manutenção do atual texto.

O Executivo, interessado na aprovação do Fundo Social de Emergência, mobilizou a bancada e obteve quorum, apesar da matéria ter sido encaminhada fora do prazo.

Para votar outras matérias da ordem econômica o governo não demonstrou o mesmo interesse: a bancada não foi mobilizada e o relator, deputado Nelson Jobim (PMDB/RS), ficou isolado. As propostas defendidas pelo movimento de mulheres ficaram na fila, aguardando a vez.

Revisão continua na pág. 2



Revisão Exclusiva

Jornal ressuscita a revisão

O jornal Folha de São Paulo deu um golpe de mestre em sua edição de 28 de abril. Em editorial publicado na primeira página a Folha defendeu a realização de eleições para uma revisão constitucional exclusiva ainda este ano. A proposta, solitária na grande imprensa, encontrou adeptos no Congresso e estimulou o debate. Hélio Schwartzman, editorialista do jornal, explicou para o *Fêmea* que 15 dias antes da publicação do editorial a direção da Folha e a equipe de editorialistas, em reunião, entenderam que o Congresso Revisor "estava morto e não havia cumprido o seu papel, o que tornaria o país ingovernável".

A proposta da Folha, segundo Schwartzman, não foi discutida com a Associação Nacional de Jornais (ANJ, que representa os interesses da grande imprensa), o que não impede, entretanto, a formação de uma campanha massiva a favor da revisão exclusiva. A iniciativa do jornal, de acordo com o editorialista, também não foi apresentada aos poderes Executivo e Legislativo antes da publicação. "É uma proposta da empresa", afirmou.

A Folha está apostando no apoio dos partidos contrários ao atual processo revisional. "O PT diz que a revisão não pode ser feita com este Congresso porque há muitos corruptos. Então, por que seria contra uma revisão convocada exclusivamente para este fim?", indaga o editorialista.

Direitos Sociais

Destino: arquivo morto

Nenhuma das 956 propostas que modificam o capítulo dos Direitos Sociais foi apreciada pelos congressistas. Com o término do trabalho revisional prorrogado para 31 de maio a primeira proposta era 15 de março — é certo que não haverá tempo hábil para apreciar e votar as emendas com o cuidado exigido.

O encerramento da atual legislatura em dezembro e a diplomação dos novos parlamentares em janeiro de 95, lança automaticamente para o arquivo morto as propostas e emendas revisionais. Algumas delas poderiam ser adaptadas e apresentadas sob a forma de emenda constitucional. Mas, em função da campanha eleitoral, que devolve os congressistas as suas bases, não há mais tempo para isto. É preciso aguardar a próxima legislatura para retomar a luta.

LIXO - Algumas das propostas que

jamais serão votadas pelo Congresso Revisor asseguravam, por exemplo, o direito à licença gestante para a mãe adotiva; direito à licença maternidade de 120 dias para as trabalhadoras autônomas, paga pela Previdência Social, e licença paternidade de 15 dias prorrogáveis por mais 15 em caso de complicação pós-parto da esposa ou companheira.

Vinte e um volumes com as 17.246 propostas e 12.614 emendas à revisão constitucional foram publicados pela Gráfica do Senado. A coleção, com um metro de altura e mais de 10 quilos, está guardada na Secretaria do Congresso Revisor, na ex-barbearia do Anexo I do Senado Federal e no porão do Congresso, ao lado da casa-de-máquinas. Quando encerrarem os trabalhos, em 31 de maio, tudo irá para o lixo. É o destino da revisão.

Propostas votadas

Emenda pior do que o soneto?

A memória do Congresso Revisor registra que depois de oito meses de discussões, no dia 15 de março, foi votada a primeira matéria do processo: a manutenção do voto obrigatório para o eleitor, tal qual está escrito no texto em vigor. Por 236 votos os congressistas rejeitaram o parecer do relator Nelson Jobim (PMDB/RS) a favor do voto facultativo. Pesou no resultado a opinião do senador Josaphat Marinho (PFL/BA) de que "a democracia não pode ser orientada pelos omissos".

No outro dia, 16, o Congresso Revisor rejeitou proposta que reduzia o quórum de deliberação em plenário, mantendo o atual número de votantes: 293. A emenda rejeitada previa a deliberação por maioria de votos dos presentes, desde que não fosse inferior a 1/4 da composição total de cada casa legislativa e de suas comissões.

Em 22 de março os congressistas votaram contra emenda do deputado Amaral Netto (PPR/RJ) determinado a realização de plebiscito para decidir sobre a instituição da pena de morte no Brasil. A proposta foi rejeitada por 212 votos. A favor, votaram 173 congressistas.

A última matéria apreciada pelo Congresso Revisor, em 23 de março, foi a punição ao parlamentar que trocar de partido político. A emenda rejeitada previa a perda de mandato do deputado ou senador que se desfiliasse voluntariamente do partido pelo qual se elegeu.

Ao encerrar o mês de abril, o Congresso Revisor completou 38 dias sem apreciar as milhares de propostas e emendas apresentadas pelos parlamentares e pelos eleitores, como a de número 13761, que modifica o capítulo da Seguridade Social.

Aborto

Dilema do PT

A descriminalização do aborto foi uma das propostas mais polêmicas do programa preliminar de governo do PT. Discutida durante o 9º Encontro Nacional, em Brasília, a proposta original foi substituída. O texto aprovado pelo plenário por aclamação afirma que o aborto é um problema de saúde pública e que o Estado deve oferecer a infra-estrutura necessária para atender os casos previstos em lei.

Pesquisa realizada pelo Instituto Soma de Opinião e Mercado, durante o 9º Encontro, revelou que 71% dos 406 delegados petistas entendem que o aborto não deve ser criminalizado. Mesmo assim, a proposta de descriminalização não foi incluída no programa de governo de Lula. Trabalho realizado pelo CFEMEA, no final de 93, mostrou que 67,5% dos deputados federais e senadores entrevistados defendem a descriminalização do aborto, mas apenas 44% são favoráveis à legalização.

Outra proposta polêmica, o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, também prevista no programa preliminar do PT, não chegou a ser discutida pelos delegados do 9º Encontro. O trabalho do CFEMEA indicou que 41,9% dos deputados federais e senadores entrevistados são contrários à união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Cairo

Debate na Câmara

O Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim vai explicar como será a participação do Brasil na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, marcada para setembro no Cairo. O depoimento, ainda sem data, será em audiência pública solicitada pelo presidente da Comissão de Minorias deputado Zaire Rezende (PMDB/MG). Diversas ONGs participarão do encontro.

Grupos que integram a READEREVI:

Acre: Rede Acreana de Mulheres e Homens. **Alagoas:** Conselho da Mulher Executiva de Alagoas - CMEX/AL. **Amapá:** Instituto de Mulheres do Amapá-IMA. **Bahia:** Conselho Municipal da Mulher de Salvador, Grupo de Mulheres do Horto-Calafate, Movimento de Organização Comunitária, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM. **Ceará:** Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador-CETRA, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, MMTR/NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste. **Distrito Federal:** Centro Feminista de Estudos e Assessoria-CFEMEA. **Espírito Santo:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero(UFES). **Goiás:** Centro de Valorização da Mulher-CEVAM, Grupo Transas do Corpo, Oficina Mulher, Núcleo de Saúde da Mulher. **Maranhão:** Centru - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, Fase Amazônia - Inserção São Luis, Grupo de Mulheres da Ilha, Sindicato dos Bancários, Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos. **Mato Grosso do Sul:** Movimento Popular de Mulheres. **Minas Gerais:** Centro de Cultura Afro Brasileira Chico Rei, Centro de Educação e Saúde da Mulher-MUSA, Grupo Nós e Nossos Filhos, Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais. **Pará:** Conselho Municipal de Belém. **Paraíba:** Centro da Mulher 8 de Março, Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora-CUT/Pb, Coletivo Feminista-CUNHÃ. **Paraná:** Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Paraná - FETAEP, Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, Movimento Popular de Mulheres do Paraná, Movimento Popular de Mulheres de São Matheus do Sul, Núcleo Sindical dos Assistentes Sociais. **Pernambuco:** Centro Nordestino de Medicina Popular, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/UFRPE, Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, SOS CORPO-Gênero e Cidadania, Viva Mulher. **Rio Grande do Norte:** Grupo Autônomo de Mulheres, Organização de Mulheres da Coord. Autônoma de Trabalhadores-OM/CAT, Núcleo Nisia Floresta /NEPAM-UFRN. **Rio Grande do Sul:** Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG de Catuipê, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Grupo Organizado de Apoio à Mulher Bento Gonçalvesense e Themis - Núcleo de Assessoria e Estudos Jurídicos de Gênero. **Rio de Janeiro:** Centro de Apoio à Mulher de Macaé, Centro de Projetos da Mulher-CEMINA, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação - CEPIA, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM, Departamento Feminino da UNSP, Grupo de Comunicação Alternativa Folha de Eva-FEMPRESS, Grupo Feminista Rabo de Saia, Núcleo de Estudos da Mulher-NEM/PUC, Rede de Defesa da Espécie Humana-REDEH. **Santa Catarina:** Casa da Mulher Catarina, Centro dos Direitos Humanos de Joinville. **São Paulo:** Centro de Assessoria e Autogestão Popular-CAAP, Centro de Educação e Assessoria Popular-CEDAP, Centro Informação Mulher-CIM, CLADEM/Brasil, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Comissão de Cidadania e Reprodução, Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo-CECF, Conselho Nacional de Trabalhadores Domésticos, FORUM dos Conselhos, GELEDÉS-Instituto da Mulher Negra, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero-NEMGE/USP, Pró-Mulher, Rede Mulher, Secretaria Nacional da Mulher, Criança e Adolescente da Força Sindical.

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, sala 602 - Brasília, DF

Telefone: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

Projeto - DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável:

Marlene Libardoni, Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Íaris Ramalho Cortês e Malô Ligocki.

Conselho Consultivo:

Parlamentares: Deputada Benedita da Silva, Jandira Feghalli, Luci Choinacki, Maria Luiza Fontenele, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e Socorro Gomes. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadora Marluce Pinto e Senador José Paulo Bisol.

Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Concenza, Helieth Saffioti, Lídice da

Mata, Maranh Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Carneiro e Zulaiê Cobra Ribeiro.

Comitê de Especialistas:

Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Meneucchi de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jó Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.

Ilustração: Oscar

Conselho Editorial: Guacira César de Oliveira, Malô Ligocki e Marlene Libardoni.

Jornalista: Márcia Turcato Reg. 4553/15/91 RS

Composição e Arte Final: Luís Gustavo Pedroza

Impressão: Correio Braziliense

Apoio: FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO MAC ARTHUR

Pequim

Conferência Mundial da Mulher/95

O movimento de mulheres está discutindo vários temas que serão levados à 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, em Pequim, China, no próximo ano. O tema central da Conferência é "Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz". Em sintonia com esta proposta, o movimento organizou um primeiro encontro no Rio de Janeiro, no início do ano, e fará outro naquele mesmo Estado nos próximos dias 21 e 22, paralelo à reunião preparada pelo Itamaraty, que acontece nos dias 19 e 20.

Os encontros patrocinados pelo governo brasileiro continuam agendados (*ver quadro*). O último deles reuniu cerca de 150 mulheres em Salvador, dias 19 e 20 de abril, e foi realizado pelo NEIM. Os trabalhos apresentados para análise foram *A mulher perante o ordenamento jurídico nacional: a legislação penal; A participação política da mulher no Brasil; Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil; e Estratégias e perspectivas para a próxima década.*

Índia

Seminário exige direitos

Mulheres indígenas de todo o País discutiram de 10 a 15 de abril, no Rio de Janeiro, "Direitos Reprodutivos e Saúde da Mulher", iniciativa do GRUMIN. Entre outras reivindicações, o documento elaborado ao final do encontro pede a valorização da cultura indígena, do papel da mulher na comunidade, interação entre os agentes de saúde e os pajés, demarcação das terras indígenas e total apoio às parteiras.

CFEMEA MUDOU DE ENDEREÇO

SCN Quadra 6 - Bloco A - Sala 602
Edifício Venâncio 3000
Cep 70718-900 - Brasília - DF
Telefone: 225-1664 - Fax: 225-2336

Inscrição para Pequim

As ONGs que desejam participar do encontro das Nações Unidas devem entrar em contato com o Secretariado da Conferência no seguinte endereço:

Comissão Regional para a América Latina - ECLAC
 Programa Mulher e Desenvolvimento

Edifício Naciones Unidas
 Casila 179- D
 Santiago- Chile
 Fone (00562) 208.0252
 Fax (00562) 208.5051 e 208.5061

Literatura

O espaço da mulher

Resultado de ampla pesquisa coordenada pelo CFEMEA, o livro **Direitos da Mulher- O Que Pensam os Parlamentares** é excelente instrumento para você definir seu voto em outubro. O livro, que é um verdadeiro documento, expõe em 687 páginas o pensamento de 243 parlamentares -entrevistados por mais de uma hora- sobre o universo das propostas e reivindicações do movimento de mulheres.

Cada um dos parlamentares opinou sobre mais de 20 temas, como o direito de estabilidade no emprego para a gestante, licença maternidade, licença paternidade, legalização do aborto até a 12ª semana gestacional, estupro e assédio sexual no trabalho. Alguns votaram *sim*, junto com o movimento de mulheres, outros disseram *não*. Saiba quem são eles.

Adquira seu exemplar enviando cheque nominal no valor equivalente de US\$ 15,00 (comercial) ao CFEMEA- Centro Feminista de Estudos e Assessoria, SCN Quadra 06, Bloco A, Edifício Venâncio 3.000, Sala 602, CEP 70718-900, Brasília/DF; ou pelo fone (061) 225.1664 e fax (061) 225.2336.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Rede Revi - Rede do Movimento de Mulheres para a Revisão
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

EDIÇÃO ESPECIAL

BRASÍLIA - DF

08 DE MARÇO DE 1994

REVISÃO: NENHUM DIREITO A MENOS

Este Dia Internacional da Mulher, comemorado num ano de eleições gerais e durante a realização da Revisão Constitucional, chama as mulheres à reflexão sobre o espaço político conferido à nossa luta pela eliminação de todas as formas de discriminação, pela garantia de direitos iguais para mulheres e homens e pelo respeito às diferenças.

Organizações de mulheres de todo o país estão articuladas na Rede Nacional do Movimento de Mulheres para a Revisão, a REDE REVI e exigem: **NENHUM DIREITO A MENOS.**

Neste 8 de março, a REDE REVI alerta sobre a importância de estarmos atentas, porque quase 1000 propostas revisoras afetam os nossos direitos. Nada escapou à mira do Congresso Revisor.

Passados 5 anos de promulgação da Carta Magna, deputados e senadores não regulamentaram praticamente nenhum dispositivo constitucional que trate dos direitos da mulher. Queremos mais do que a simpatia dos parlamentares às nossas propostas. Queremos sim, a Constituição regulamentada para que os direitos ali inscritos possam ser efetivamente usufruídos pelas mulheres brasileiras. Queremos prioridade política e compromisso com as nossas reivindicações, tanto daqueles que estão no exercício de seus mandatos ou cargos públicos, quanto, desde já, daqueles que estão se candidatando.



Reforma da Constituição ameaça aposentadoria das mulheres

Obrigadas a arcar sozinhas com a dupla jornada, as mulheres querem manter a aposentadoria diferenciada para preservar um mínimo de isonomia.

Um total de 23 propostas revisoras pretendem acabar com a diferença de 5 anos entre a aposentadoria de homens e mulheres por tempo de serviço e por idade, prevista na Constituição. Esta diferenciação, que tem por objetivo compensar minimamente à mulher pela dupla jornada de trabalho está sendo eliminada pelas propostas revisoras apresentadas pelos parlamentares: do **Pará**: Almir Gabriel (PSDB); do **Amazonas**: Euler Ribeiro (PMDB); de **Pernambuco**: Nilson Gibson e Maurílio Ferreira Lima, ambos do PMDB; do **Piauí**: José Luiz Maia (PPR); da **Bahia**: Clóvis Assis e Valdir Arer (PSDB) e Luiz Eduardo (PFL); de **Goiás**: Vilmar Rocha (PFL) e Mauro Miranda (PMDB); de **Brasília**: Jofran Frejat (PFL); do **Mato Grosso**: Ricardo Correa (PL); do **Espírito Santo**: Rose de Freitas (PSDB) e Rita Camata (PMDB); de **Minas Gerais**: Armando Costa (PMDB) e Irani Barbosa (PPR); de **São Paulo**: João Melão Neto (PL), José Anibal (PSDB) e Liberato Caboclo (PDT); do **Paraná**: Reinhold Stephanes (PFL), Wilson Moreira (PSDB) e Luiz Alberto (PDT); e do **Rio Grande do Sul**: Luiz

Roberto Ponte (PMDB).

A Rede Revi apresentou duas emendas às propostas revisoras de autoria dos Deputados Euler Ribeiro e Rita Camata, através do Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) mantendo "a diferença de idade de cinco anos a menor para a segurada do sexo feminino em relação ao segurado do sexo masculino".

Outras duas propostas revisoras têm por objetivo eliminar a diferença de cinco anos entre a aposentadoria por tempo de trabalho de homens e mulheres, hoje fixada em 35 e 30 anos respectivamente. Seu autores são os deputados Sérgio Gaudenzi (PSDB-BA), e Ronan Tito (PMDB-MG).

Vários parlamentares apresentaram propostas revisoras no sentido de remeter à lei ordinária todas as condições e requisitos para o funcionamento de planos de aposentadoria e pensões, eliminando, deste modo, as garantias constitucionais vigentes sobre a matéria. As seis propostas que têm este objetivo são de autoria dos deputados Roberto Campos (PPR-RJ), João Fagundes (PMDB-PR), José Jorge (PFL-PE) e Aécio Neves (PSDB-MG).

Conservadores querem que a Constituição proíba o aborto

De costas para o direito da mulher de decidir sobre o seu próprio corpo e de olhos vendados para o dramático problema de saúde pública que o aborto ilegal promove, conservadores querem incluir proibição na Constituição.

O movimento de mulheres está atento à questão do aborto na Revisão Constitucional. Com uma emenda que defende o direito à vida desde a concepção, setores conservadores pretendem vetar, em qualquer hipótese, o aborto, inclusive aqueles permitidos em lei, como em caso de gravidez resultante de estupro e risco de vida da gestante.

Pesquisa de opinião realizada pelo DATAFOLHA revelou que a grande maioria dos parlamentares não pretende incluir a questão do aborto na Constituição. Os números obtidos pela pesquisa do CFEMEA indicam que 67,5% dos congressistas são contrários à criminalização da mulher que recorre ao aborto. Entretanto, este é um tema tabu entre os políticos e, tratando-se de Congresso Nacional, a pressão política é um instrumento poderoso.

Os autores das propostas que visam incluir o direito à vida desde a concepção são o Senador Marco Maciel (PFL-PE) e os deputados Osmânio Pereira (PSDB-MG), Sandra Cavalcanti (PPR-RJ) e Costa Ferreira (PP-MA).

O Deputado Fausto Rocha (PL-SP) proíbe o aborto, salvo nos casos em que o Poder Judiciário julgar conveniente para preservar a saúde, a moral e os bons costumes.

Já a proposta do Deputado Luiz Moreira (PTB-BA) pretende assegurar a realização do aborto até a 24ª semana exclusivamente nos casos de graves anomalias fetais, e trata como crime qualquer procedimento que fuja a esta regra. Assim, o aborto nos casos de estupro e risco de vida da mãe seriam proibidos, o que representa um grave retrocesso na legislação atual.

Direitos reprodutivos em foco

Foram apresentadas 8 propostas revisoras sobre o planejamento familiar. Há propostas que ampliam este direito, assegurando recursos médicos, especificando como deve se dar o atendimento nos postos de saúde e pela assistência social para o livre exercício do planejamento familiar, como as apresentadas pelos Deputados Sérgio Arouca (PPS-RJ) e Célia Mendes (PPR-AC), além do Senador Elcio Alvares (PFL-ES).

Outras, retrocedem, acrescentando que a laqueadura e a vasectomia devem ser oferecidas àqueles que não disponham de recursos e desejem o controle de natalidade, como a do Deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ). A da Deputada Etevalda Menezes (PTB-ES) propõe suprimir a proibição de que instituições oficiais ou privadas atuem de forma coercitiva no planejamento familiar. E a do Deputado Raul Belém (PP-MG) estabelece a promoção gratuita, pelo Estado, de controle de natalidade para casais com 2 filhos.

Há até quem suprima todo o parágrafo 7º, como o Deputado Israel Pinheiro (PTB-MG). O Deputado Wilson Campos (sem partido-PE) propôs a criação de um Conselho de Planejamento Familiar, ligado à Presidência da República, para tratar da política demográfica do País.

Seguindo o estabelecido no Encontro Nacional "A mulher e a garantia dos seus direitos constitucionais", - nenhum direito a menos e se possível alguns direitos a mais, a Rede Revi elaborou várias emendas para ampliar nossos direitos reprodutivos e para suprimir as propostas revisoras que os restringem.

A Senadora Eva Blay (PSDB-SP) apresentou diversas emendas colocando o planejamento familiar como decisão das pessoas, e não apenas do casal.

Na pesquisa de opinião sobre os direitos da mulher, realizada pelo CFEMEA no Congresso Nacional, 90% dos parlamentares posicionaram-se favoravelmente a ação do SUS no planejamento familiar, mas apenas 69,5% consideraram que o Sistema Único de Saúde deve exercer uma ação tanto educativa e informativa quanto oferecer meios técnicos e métodos contraceptivos e conceptivos.

EXPEDIENTE

Rede Revi / CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA

CLN 111 Bloco C sala 108 CEP: 70754-530

Telefone: (061) 347-5004

Fax: (061) 273-9419

Grupos que integram a REDEREVI:

Acre: Rede Acreana de Mulheres e Homens. **Alagoas:** Conselho da Mulher Executiva de Alagoas - CMEX/AL. **Amapá:** Instituto de Mulheres do Amapá-IMA. **Bahia:** Grupo de Mulheres do Horto-Calafate, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM. **Ceará:** Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador-CETRA, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, MMTR/NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste. **Distrito Federal:** Centro Feminista de Estudos e Assessoria-CFEMEA. **Espírito Santo:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero(UFES). **Goias:** Centro de Valorização da Mulher-CEVAM, Grupo Trans do Corpo, Núcleo de Saúde da Mulher. **Maranhão:** Grupo de Mulheres da Ilha, Sindicato dos Bancários, Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos. **Mato Grosso do Sul:** Movimento Popular de Mulheres. **Minas Gerais:** Centro de Cultura Afro Brasileira Chico Rei, Centro de Educação e Saúde da Mulher-MUSA, Grupo Nós e Nossos Filhos. **Pará:** Conselho Municipal de Belém. **Paraíba:** Centro da Mulher 8 de Março, Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora-CUT/Pb, Coletivo Feminista-CUNHÁ. **Paraná:** Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, Movimento Popular de Mulheres do Paraná, Movimento Popular de Mulheres de São Mateus do Sul. **Pernambuco:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/UFRPE, Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, SOS CORPO-Gênero e Cidadania, Viva Mulher. **Rio Grande do Norte:** Organização de Mulheres da Coord. Autônoma de Trabalhadores-OM/CAT, Núcleo Nísia Floresta / NEPAM-UFRN. **Rio Grande do Sul:** Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG de Catupe, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e Themis - Núcleo de Assessoria e Estudos Jurídicos de Gênero. **Rio de Janeiro:** Centro de Apoio à Mulher de Macaé, Centro de Projetos da Mulher-CEMINA, Departamento Feminino do SINDSEP, Grupo de Comunicação Alternativa Folha de Eva-FEMPRESS, Grupo Feminista Rabo de Saia, Núcleo de Estudos da Mulher-NEM/PUC, Rede de Defesa da Espécie Humana-REDEH. **Santa Catarina:** Casa da Mulher Catarina, Centro dos Direitos Humanos de Joinville. **São Paulo:** Centro de Assessoria e Autogestão Popular-CAAP, Centro de Educação e Assessoria Popular-CEDAP, Centro Informação Mulher CIM, CI ADFM/Brasil, Comissão de Cidadania e Reprodução, Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo-CECF e FORUM dos Conselhos, GELEDÉS-Instituto da Mulher Negra, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero-NEMGE/USP, Rede Mulher, Secretaria Nacional da Mulher, Criança e Adolescente da Força Sindical.

Conselho Editorial: Guacira César de Oliveira, Maló Ligocki e Marlene Libardoni.

Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza

Impressão: Correio Braziliense

Apoio: FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO MAC ARTHUR



Propostas revisoras reduzem a licença maternidade

Há 9 propostas revisoras sobre a licença gestante de 120 dias, das quais seis reduzem o prazo. Sem dúvida, merece a atenção do movimento de mulheres o lobby dos empresários que atua no Congresso Revisor no sentido de reduzir a licença gestante.

O Deputado Domigos Juvenil (PMDB-PA) é autor da proposta que reduz para 45 dias a licença gestante. Outros propõem 60 dias, como os Deputados Jair Bolsonaro (PPR-RJ) e Paulo Lima (PFL-SP). Já os deputados Nilson Gibson (PMDB-PE), Luiz Soyer (PMDB-GO) e João Melão (PL-SP) propõem 90 dias.

Segundo a pesquisa de opinião realizada pelo CFEMEA, cerca de 80 por cento dos congressistas são favoráveis à manutenção do prazo de 120 dias para a licença, mas apenas 65,4% acham que este direito deve permanecer na Constituição.

Deputada propõe estender 120 dias à mãe adotiva

Já a Deputada Lúcia Braga (PDT-PB) propôs garantir a licença-gestante de 120 dias nos casos de adoção de criança até 4 meses. Foi elaborada emenda a esta proposta confirmando o benefício à mãe adotiva, mas dispondo que a lei ordinária regulamentará o período da licença, conforme a faixa etária da criança adotada, beneficiando, assim, crianças maiores mesmo que com licenças menores.

LICENÇAS EM RISCO

Congressistas querem acabar com licença paternidade

Filho não é só da mãe. Ao pai, à família, à sociedade e ao Estado cabe dividir a responsabilidade pelas crianças. A licença paternidade, garantida pela nossa Lei maior é um instrumento para compartilhar esta responsabilidade.

A licença paternidade corre sérios riscos na revisão. Imbuídos da mentalidade dominante que considera dispensável a participação paterna nos cuidados, tarefas e prazeres dos primeiros dias de vida de uma criança, os parlamentares são sensíveis ao poderoso lobby dos empresários que pretende eliminar este direito da Constituição.

Na pesquisa de opinião, realizada pelo CFEMEA, 20,6% dos congressistas eram contrários à licença paternidade e 10% queriam reduzir o seu período, contra 5% que pretendiam ampliá-lo.

A licença paternidade recebeu 12 propostas revisoras. Duas delas ampliando o prazo: a do deputado Augusto Carvalho fixa em 15 dias e é a mais inovadora, estabelecendo a possibilidade de prorrogação por igual período em caso de complica-

ções pós-parto da esposa ou companheira. A outra proposta é do Deputado Ricardo Moraes (PSB-AM), que fixa em 8 dias. Duas propostas, de autoria dos Deputados Sérgio Arouca (PPS-RJ) e Jair Bolsonaro (PPR-RJ) reafirmam, na Constituição, o prazo de cinco dias, estabelecido nas Disposições Transitórias.

Por outro lado, 7 propostas eliminam a licença paternidade. Seus autores são os deputados João Melão (PL-SP), Adroaldo Streck (PSDB-RS), Luiz Carlos Hauly (PP-PR), Jarvis Gaidzinski (PPR-SC), Domingos Juvenil (PMDB-PA), Wilson Moreira (PSDB-PR) e Ibrahim Abi-Ackel (PPR-MG). Uma outra proposta, de autoria do Deputado Paulo Lima (PFL-SP), não fica muito atrás: reduz para um dia. Todas as oito propostas acima receberam emendas supressivas.

APROVADO SALÁRIO MATERNIDADE DAS RURAIS

Veio do Plenário da Câmara dos Deputados uma boa notícia para o movimento de mulheres comemorar neste 8 de março: foi aprovado o projeto de lei que assegura às trabalhadoras rurais em regime de economia familiar o benefício do salário-maternidade e regulamenta a licença gestante para todas as trabalhadoras.

Este foi o primeiro projeto de lei sobre nossos direitos específicos aprovado desde a Constituição de 1988.

O movimento de trabalhadoras rurais, que persistentemente acompanhou a tramitação do projeto pela Câmara e pelo Senado Federal comemorou junto com a Deputada Luci Choinacki (PT-SC) - primeira e única mulher camponesa no Congresso Nacional - a vitória obtida. As Deputadas Rita Camata (PMDB-ES) e Luci Choinacki são autoras dos projetos.

Agora é aguardar a promulgação da lei pelo Presidente da República.

Mercado de trabalho da mulher na mira da Revisão

A Constituição de 1988 assegura proteção ao mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos. Num reconhecimento às condições desiguais enfrentadas pelas mulheres tanto no acesso ao emprego, quanto na permanência e ascensão dentro do mercado de trabalho, os constituintes aprovaram este dispositivo que abre o caminho para ações afirmativas que visem eliminar estas desigualdades históricas. Entretanto, a maior parte dos parlamentares revisores, segundo a pesquisa realizada pelo CFEMEA, acredita que este direito não deveria estar na Constituição, mas sim na lei ordinária. Mais de 20% dos parlamentares declararam não ter opinião formada sobre esta questão e aproximadamente 15% ma-

nifestaram-se contra a existência deste tipo de incentivo.

Três propostas revisoras incidem sobre este dispositivo. O deputado Adroaldo Streck (PSDB-RS) propõe a eliminação deste direito que sequer foi regulamentado. O Deputado Luiz Carlos Hauly (PP-PR) inclui o mercado de trabalho dos menores, o que, consideramos, deve receber tratamento diferenciado daquele dispensado à mulher, já que são problemas bastante diversos.

Finalmente, o Deputado João Mendes (PTB-RJ) propõe a reserva de 1/3 dos postos de trabalho para as mulheres e garante contratação prioritária e apresenta proposta semelhante para a contratação de servidores públicos.

De olho no direito das domésticas

São 15 as propostas revisoras que tratam dos direitos das empregadas domésticas, das quais 9 ampliam e 6 restringem os direitos da categoria. A pesquisa de opinião realizada pelo CFEMEA revelou que grande parte dos deputados resiste à inclusão de novos direitos para as trabalhadoras domésticas. Se há uma resistência dos congressistas à ampliação deste direito, verifica-se também que praticamente a totalidade dos parlamentares pretende manter todos os direitos já adquiridos.

Para estender aos domésticos os direitos já assegurados aos demais trabalhadores há as propostas do Senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), e do Deputado Ayrton Sandoval (PMDB-SP) que acrescentam o FGTS; da Deputada Rita Camata (PMDB-ES), que assegura a proteção do salário; dos Deputados: Mendes Botelho (PTB-SP) que acrescenta os incisos FGTS, piso salarial, 13º salário, proteção do salário, salário-família, jornada de 8 horas, e hora extra; Roberto Freire (PPS-PE), que acrescenta o direito à jornada de 8 horas; Adylson Motta (PPR-RS), que acrescenta a licença-gestante; e Sérgio Arouca (PPS-RJ), que determinam igualdade de direitos entre os traba-

lhadores urbanos, rurais, avulsos e domésticos e do Senador Pedro Teixeira (PP/DF), que acrescenta o prazo para reclamações trabalhistas. O Deputado João Paulo (PT-MG) estende os direitos dos trabalhadores domésticos aos diaristas.

As propostas que restringem os direitos da categoria são do Deputado Rubem Bento (PFL-RR), que retira os empregados domésticos da Constituição; dos Deputados Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Ricardo Moraes (PSB-AM), que suprimem sua integração à previdência social; da liderança do PDT que suprime os incisos I, XI, XIV e XVII e a integração da categoria à previdência social; e, por último, a proposta do Deputado Jair Bolsonaro (PPR-RJ), que determina que os direitos da categoria sejam pactuados entre empregado e empregador.

A Senadora Marluce Pinto (PTB-RR) apresentou proposta permitindo abater do Imposto de Renda os gastos com o empregado doméstico.

A Rede Revi apresentou, através de alguns parlamentares, emendas a quatro destas propostas ampliando os direitos assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos.

Plenário rejeita destaque para orientação sexual

Enfrentando muitos preconceitos foi votado e rejeitado pelo Plenário do Congresso Revisor o pedido de destaque do Deputado Fábio Feldmann (PSDB-RJ) para discussão das propostas revisoras que asseguravam a não discriminação por motivo de orientação sexual.

A questão deverá retornar a pauta quando forem apreciadas as alterações nos direitos dos trabalhadores. Duas propostas, dos deputados Fábio Feldmann (PSDB-SP) e Roberto Freire (PPS-PE) incluem a orientação sexual como mais um aspecto que não pode resultar em tratamento desigual no âmbito do mercado de trabalho.

DIREITOS CIVIS

Pensão alimentícia

Uma proposta revisora suprimindo a obrigatoriedade da pensão alimentícia, foi apresentada, pelo Deputado Odelmo Leão (PP-MG). A ela apresentou-se emenda supressiva.

Violência doméstica

Duas propostas revisoras foram apresentadas pelos Deputados Israel Pinheiro (PTB-MG) e Aécio Borba (PPR-CE) que suprimem a garantia de que o Estado criará mecanismos para coibir a violência doméstica.

Duas emendas foram encaminhadas pelo movimento de mulheres para suprimir estas propostas.

Adoção

O Senador José Richa (PSDB-PR) apresentou proposta revisora estabelecendo restrições patrimoniais ao direito sucessório dos filhos adotivos, que hoje têm constitucionalmente garantidos os mesmos direitos e qualificações dos filhos naturais.

O movimento de mulheres apresentou emenda supressiva a esta proposta.